

**PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

**CONCURSO PÚBLICO SEM PUBLICAÇÃO NO JOUE N.º NCP20250008**

**AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTECÇÃO PESSOAL**

## ÍNDICE

### **SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

- Cláusula 1.<sup>a</sup> Identificação do concurso
- Cláusula 2.<sup>a</sup> Entidade Pública Contratante
- Cláusula 3.<sup>a</sup> Órgão que tomou a decisão de contratar
- Cláusula 4.<sup>a</sup> Concorrentes
- Cláusula 5.<sup>a</sup> Agrupamentos
- Cláusula 6.<sup>a</sup> Critério de adjudicação
- Cláusula 7.<sup>a</sup> Preço base

### **SECÇÃO II PROPOSTAS**

- Cláusula 8.<sup>a</sup> Apresentação das propostas
- Cláusula 9.<sup>a</sup> Fornecimento das peças do procedimento
- Cláusula 10.<sup>a</sup> Esclarecimentos
- Cláusula 11.<sup>a</sup> Proposta
- Cláusula 12.<sup>a</sup> Propostas variantes
- Cláusula 13.<sup>a</sup> Prazo de manutenção das propostas

### **SECÇÃO III ANÁLISE DE PROPOSTAS**

- Cláusula 14.<sup>a</sup> Análise de propostas
- Cláusula 15.<sup>a</sup> Esclarecimentos sobre as propostas

### **SECÇÃO IV ADJUDICAÇÃO**

- Cláusula 16.<sup>a</sup> Notificação da decisão de adjudicação
- Cláusula 17.<sup>a</sup> Documentos de habilitação
- Cláusula 18.<sup>a</sup> Causas de não adjudicação

### **SECÇÃO V CAUÇÃO**

- Cláusula 19.<sup>a</sup> Caução

### **SECÇÃO V CONTRATO**

- Cláusula 20.<sup>a</sup> Aceitação da minuta do contrato
- Cláusula 21.<sup>a</sup> Notificação de ajustamento ao contrato
- Cláusula 22.<sup>a</sup> Outorga do contrato

## **SECÇÃO VI DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cláusula 23.ª Prazos

Cláusula 24.ª Encargos

Cláusula 25.ª Legislação aplicável

## **SECÇÃO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Identificação do Concurso**

O presente Concurso Público sem publicação no Jornal Oficial da União Europeia, aberto ao abrigo do disposto na alínea b), do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos públicos é constituído por **16 (dezasseis) lotes e visa a aquisição de material de protecção pessoal**, melhor identificados e com as características mínimas indicadas no anexo IV e no mapa de artigos a concurso, junto ao presente programa do procedimento, e que dele faz parte integrante, nos termos e condições insertos no caderno de encargos.

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Entidade pública contratante**

A entidade pública contratante é o Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM (SESARAM, EPERAM), com sede à Av. Luís de Camões, n.º 57, Edifício do Núcleo de Apoio ao Hospital Dr. Nélcio Mendonça, freguesia de São Pedro, 9004-514 Funchal, com o telefone 291 705 610, o fax 291 742 545, o endereço eletrónico [www.sesaram.pt/aprovisionamento](http://www.sesaram.pt/aprovisionamento) e o correio eletrónico [aprovisionamento@sesaram.pt](mailto:aprovisionamento@sesaram.pt) relativo ao Núcleo de Aprovisionamento, responsável pelo presente procedimento.

#### **Cláusula 3.ª**

##### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por deliberação de 27 de Novembro de 2024 do Conselho de Administração do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM, nomeado por Resoluções do Conselho de Governo n.º 1073/2022, de 15 de novembro, n.º 1112/2023, de 24 de outubro e n.º 622/2024, de 14 de agosto, no uso das suas competências atribuídas por força dos Estatutos do SESARAM, EPERAM, aprovados pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2019/M, de 22 de agosto, alterados pelos Decretos Legislativos Regionais n.º 1-A/2020/M, de 31 de janeiro, n.º 8/2020/M, de 13 de julho e n.º 23/2023/M, de 28 de junho.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Concorrentes**

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, e que, quando legalmente exigido, cumpram as obrigações fiscais declarativas referidas no nº 2 do artigo 7º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Agrupamentos**

1. Podem ser concorrentes, agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Critério de adjudicação**

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, em que será avaliado o preço.
2. Em caso de empate dar-se-á preferência à proposta que apresente o menor prazo de entrega dos artigos.
3. Se, ainda assim, subsistir a igualdade, proceder-se-á ao desempate através da realização de sorteio a decorrer nos seguintes termos:
  - a) O sorteio será presencial e realizar-se-á na presença de um ou mais elementos do Júri, após o termo do prazo de audiência prévia ao relatório preliminar, no Núcleo de Aprovisionamento do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM (SESARAM, EPERAM), em dia e hora a comunicar aos concorrentes;
  - b) Os concorrentes que queiram comparecer ao sorteio devem fazer-se acompanhar da respetiva credencial que lhes confira os necessários poderes de representação, sob pena de se considerarem como ausentes.
  - c) Será utilizado o sistema de “bolas”, sendo a ordenação a seguinte:
    - A bola branca corresponde ao primeiro lugar

- A bola preta corresponde ao segundo lugar
  - A bola vermelha corresponde ao terceiro lugar
  - A bola verde corresponde ao quarto lugar.
- d) A seriação dos concorrentes para efeitos de retirar a bola será determinada pela maior pontuação obtida através de um lance de dados.
- e) O(s) concorrente(s) que não possam comparecer ao sorteio podem solicitar a sua representação por uma testemunha a designar pelo Coordenador do Núcleo de Aprovisionamento, devendo, para o efeito, remeter ao Núcleo de Aprovisionamento uma declaração nesse sentido, até às 17h00 da véspera do dia do sorteio.
- f) Os concorrentes que não compareçam nem queiram fazer-se representar nos termos da alínea precedente, ficarão posicionados nos seguintes termos:
- Tratando-se de empate entre duas propostas, em que compareça apenas um dos concorrentes, este ficará imediatamente posicionado em primeiro lugar, ficando o concorrente que não compareceu posicionado em segundo lugar;
  - Tratando-se de empate entre três ou mais propostas, em que compareçam apenas alguns dos concorrentes, estes ficarão posicionados nos lugares que resultarem do sorteio a realizar de acordo com o estipulado nas alíneas b) e c) supra, sendo os concorrentes ausentes representados por testemunha(s) a designar pelo Coordenador do Núcleo de Aprovisionamento;
  - Caso não compareçam quaisquer concorrentes, os mesmos ficarão posicionados nos lugares que resultarem do sorteio a decorrer de acordo com o estipulado nas alíneas b) e c) supra, a realizar por testemunha (s) a designar pelo Coordenador do Núcleo de Aprovisionamento.
- g) Deste ato será lavrada ata que será assinada por todos os presentes.

### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

#### **Preço base**

O preço base global é de **EUR 177.598,06 (cento e setenta e sete mil, quinhentos e noventa e oito euros e seis cêntimos)**, acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor, dividido conforme mapa de artigos em anexo ao presente programa do procedimento, e que dele faz parte integrante.

## **SECÇÃO II**

### **PROPOSTAS**

#### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

##### **Apresentação das propostas**

1. As propostas devem ser apresentadas até às **17H00 do 12.º dia a contar da data do envio do anúncio para o Diário da República**, na plataforma eletrónica usada pelo Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM, [www.acinGov.pt](http://www.acinGov.pt), devendo ser respeitado o disposto no Código dos Contratos Públicos e na Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.

**O computador utilizado pelos concorrentes deverá estar preparado com os requisitos mínimos disponíveis na plataforma eletrónica usada pelo Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM, [www.acinGov.pt](http://www.acinGov.pt), sob pena de exclusão da proposta por não observação das formalidades de apresentação das mesmas, nos termos do disposto na alínea I) do nº 2 do artigo 146º do CCP.**

2. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:

- a) No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;
- b) Que deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- c) Cujas receções deve ser registada por referência à respetiva data e hora.

3. **A proposta e os documentos/ficheiros que lhes associarem devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, previamente ao seu carregamento na plataforma, nos termos dos artigos 54.º e 68º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto Lei n.º 12/2021, de 9 de fevereiro.**

**ATENÇÃO: Os documentos que integram as pastas compactadas, têm de ser individualmente assinados, nos moldes atrás referidos.**

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

##### **Fornecimento das peças do procedimento**

O programa do procedimento, o caderno de encargos e as informações sobre o presente concurso estão disponíveis na plataforma eletrónica indicada na cláusula anterior, para consulta dos interessados, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

#### **Esclarecimentos e erros e omissões das peças**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do júri do concurso.
2. Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação dos elementos expostos durante o primeiro terço do prazo fixado na cláusula 8<sup>a</sup> do presente programa do procedimento.
3. Os pedidos de esclarecimentos devem ser solicitados por escrito ao júri do concurso na plataforma eletrónica [www.acinGov.pt](http://www.acinGov.pt), utilizada pelo Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM.
4. Os esclarecimentos devem ser prestados pelo júri, por escrito na plataforma eletrónica [www.acinGov.pt](http://www.acinGov.pt), até ao fim do segundo terço do prazo fixado na cláusula 8<sup>a</sup>.
5. No prazo referido no número 2, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.
6. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na plataforma eletrónica [www.acinGov.pt](http://www.acinGov.pt), utilizada pelo Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM.

### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

#### **Proposta**

1. Na proposta o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. O concorrente pode apresentar proposta para um ou mais lotes a concurso, devendo respeitar as quantidades, as características mínimas e o preço base atribuído a cada um.
3. Na proposta, o concorrente deve ainda indicar/apresentar os seguintes elementos/documentos:
  - a) Referência do concurso;
  - b) Nome do concorrente;



- c) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I M ao presente programa de procedimento, do qual faz parte integrante;
- d) **Documento que comprove os poderes de representação do concorrente, por quem assina a proposta;**
- e) Documentos que contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
  - i. Preço total em algarismos, e preferencialmente por extenso, mencionando que a este acresce o IVA, indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável, entendendo-se, na falta daquela menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto. **No preço consideram-se incluídas todas as despesas inerentes ao transporte para as instalações do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira;**
  - ii. Preço unitário, em algarismos, e preferencialmente por extenso, mencionando que a este acresce o IVA, indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável, entendendo-se, na falta daquela menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto. Quando na descrição do artigo existe "VÁRIOS TAMANHOS", deverá ser apresentado, pelos concorrentes, apenas 1 (um) preço que contemple todos os tamanhos do bem a adquirir.
- 4. O concorrente deve apresentar/indicar ainda:
  - i. O prazo de entrega dos bens, que não poderá ser superior a **10 (dez) dias úteis**, a contar da receção da nota de encomenda, sob pena de exclusão.
  - ii. **Catálogos e/ou fichas técnicas (obrigatórios, sob pena de exclusão), para todos os lotes**, onde constem as características técnicas dos artigos propostos, de modo a aferir o cumprimento das especificações (em português e/ou inglês);
  - iii. **Indicação da apresentação das amostras (obrigatórias, sob pena de exclusão) para todos os lotes**, salvo se o artigo proposto corresponder a referência em uso no SESARAM, EPERAM nos últimos dois anos, caso em que estão dispensadas). **As amostras deverão chegar ao SESARAM, EPERAM, até ao termo da data fixada para a apresentação das propostas. Excecionalmente, poderão ser admitidas até ao final do 5.º dia posterior ao termo da data fixada para a apresentação das propostas, desde que tenham sido comprovadamente expedidas antes dessa data;**
  - iv. **Por cada produto apresentado deverá ser indicado:**
    - Tipo de embalagem e quantidade nela contida;

- Marca comercial;
- O Fornecimento dos consumíveis com prazo de validade alargado deverá ser no mínimo de 6 meses, no momento da receção, salvo para os produtos com validade inferior após fabrico ou cuja estabilidade seja tecnicamente inviável. Nestas situações deve o fornecedor justificar e assumir os encargos com a reposição. Todos os consumíveis que não possam ser utilizados dentro da validade deverão ser repostos, com a validade adequada; A proposta deverá referir se o contrato será diretamente operado pelo concorrente ou se, ao invés, o será por outra empresa que, por contrato com este, tem essa representação no território correspondente à Região Autónoma da Madeira.

**5. Nos termos do Despacho n.º 78/2022, de 9 de fevereiro, do Secretário Regional de Saúde e Proteção Civil, o Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM (SESARAM, EPERAM) apenas pode adquirir os dispositivos médicos objeto de codificação pelo INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P. (INFARMED, I. P.), e que constem da respetiva base de dados.**

**Assim, em execução desse Despacho:**

- a) **Os dispositivos médicos têm de estar codificados e incluídos na base de dados do Infarmed, I.P., até à conclusão da fase da habilitação.**
  - b) **Só podem ser admitidas ao procedimento as propostas cujos dispositivos médicos estejam devidamente codificados ou, em alternativa, em processo de codificação junto do Infarmed, I.P., em data anterior à do limite de prazo para a apresentação da proposta, comprovando essa situação mediante a apresentação de certidão emitida por esta autoridade.**
  - c) **Para este efeito, os concorrentes devem apresentar na sua proposta o código de dispositivo médico (CDM) de cada dispositivo médico proposto.**
6. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere relevantes para a apreciação da mesma.
7. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, sobre os indicados em algarismos.
8. A declaração referida na alínea c) do n.º 3, da presente cláusula, deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
9. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea c) do n.º 3, da presente cláusula, deve ser assinada pelo

representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

10. À exceção dos catálogos e fichas técnicas, todos os documentos solicitados na presente cláusula devem ser redigidos em língua portuguesa, sem emendas ou rasuras, ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Propostas variantes**

1. Não é permitida a apresentação de propostas com variantes.
2. Não é permitida a apresentação de propostas com alterações às cláusulas do caderno de encargos.

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

##### **Prazo de manutenção das propostas**

O prazo obrigatório de manutenção das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas, nos termos do disposto no artigo 65º do CCP.

### **SECÇÃO III**

#### **ANÁLISE DE PROPOSTAS**

#### **Cláusula 14. <sup>a</sup>**

##### **Análise de propostas**

1. As propostas são analisadas considerando o critério de adjudicação.
2. As propostas serão excluídas nos termos do n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 15. <sup>a</sup>**

##### **Esclarecimentos sobre as propostas**

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica [www.acinGov.pt](http://www.acinGov.pt), sendo todos os concorrentes notificados desse facto.

## **SECÇÃO IV**

### **ADJUDICAÇÃO**

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Notificação da decisão de adjudicação**

1. A decisão de adjudicação será notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para:
  - a. Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto na cláusula que se segue;
  - b. Pronunciar-se sobre a minuta do contrato, quando este for reduzido a escrito.
3. As notificações referidas nos números anteriores serão acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Documentos de habilitação**

1. Ao adjudicatário ser-lhe-á exigida a apresentação, no prazo de 5 (cinco) dias contados da receção da notificação da decisão de adjudicação, da apresentação dos documentos a seguir mencionados:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II-M ao presente programa e do qual faz parte integrante;
  - b) Documento comprovativo do pagamento da taxa de comercialização, emitido pelo INFARMED, em respeito pelo disposto no Decreto-lei n.º 312/2002, de 20 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 53-A/2006, de 29 de

- dezembro, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo consagrado no Despacho n.º 15247/2004 (2.ª Série), de 30 de Junho de 2004;
- c) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas **b), d), e) e h)** do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- d) Documentos exigidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual (**Apenas para entidades com rendimentos gerados no território da RAM**):
- I. Última declaração de rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira, bem como enquanto se mantiver em vigor o respetivo contrato;
  - II. Última declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo 10) e DMR;
  - III. Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
  - IV. Anexo R do IVA da última declaração periódica do IVA.
- e) **Os adjudicatários que considerem não preencher as condições legais relativas ao cumprimento das obrigações declarativas referidas na alínea precedente, devem apresentar declaração sob compromisso de honra (Anexo III – Modelo 3), subscrita por quem os obriga, referindo expressamente essa situação.**
- f) **Cópia da Certidão do Registo Comercial e de procuração, caso o contrato seja assinado por procurador;**
- g) Declaração do RCBE ou, alternativamente, o código de consulta à certidão de beneficiário efectivo (RCBE), nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e da Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto.
- h) **Quando a proposta for acompanhada de certidão do INFARMED, IP que ateste que os dispositivos médicos se encontram em processo de codificação, até ao termo do prazo concedido para a apresentação dos documentos de habilitação, deverá o adjudicatário comprovar que os dispositivos médicos propostos já se encontram codificados e incluídos na base de dados, em cumprimento com o Despacho n.º 78/2022, de 9 de fevereiro, do Secretário Regional de Saúde e Proteção Civil.**

- i) **O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 81º do CCP se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.**
2. Caso os documentos apresentados ao abrigo do ponto anterior contenham irregularidades que possam determinar a caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º do Código dos Contratos Públicos, será concedido o prazo não superior a 3 (três) dias úteis para a supressão das mesmas.
  3. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa e ser assinados pelas entidades que os emitem.
  4. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
  5. Os documentos de habilitação devem ser apresentados através da plataforma eletrónica [www.acinGov.pt](http://www.acinGov.pt), utilizada pelo Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM.

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Causas de não adjudicação**

1. Não há lugar a adjudicação nos termos do artigo 79.º do Código dos Contratos Públicos.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, caso ocorra, será notificada a todos os concorrentes.

#### **SECÇÃO V**

##### **CAUÇÃO**

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Caução**

No presente procedimento não haverá lugar a prestação de caução.

#### **SECÇÃO VI**

##### **CONTRATO**

#### **Cláusula 20.ª**

### **Aceitação da minuta do contrato**

1. A minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao adjudicatário.
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respectiva notificação.
3. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

### **Cláusula 21.ª**

#### **Notificação de ajustamento ao contrato**

Caso se procedam a ajustamentos ao contrato e estes sejam aceites pelo adjudicatário, todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas serão notificados desse facto.

### **Cláusula 22.ª**

#### **Outorga do contrato**

O órgão competente para a decisão de contratar comunicará ao adjudicatário o seguinte:

- a) No caso de assinatura presencial do contrato, a data, a hora e o local em que ocorrerá a respetiva outorga, com a antecedência mínima de cinco dias;
- b) No caso de assinatura por meios eletrónicos, o prazo para a outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a três dias.

## **SECÇÃO VI**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Cláusula 23.ª**

#### **Prazos**

Todos os prazos indicados no presente programa cumprem o disposto no artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 24.ª**

#### **Encargos**

Constituem encargos do concorrente o pagamento de todas as despesas inerentes à elaboração do objeto do presente concurso e do adjudicatário a relativas à celebração do contrato, designadamente a prestação de caução.

#### **Cláusula 25.ª**

##### **Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos.



Anexo IV – Características mínimas

Lote	Designação do Artigo	UNID.	Quantidade a concurso	Preço Base do Lote
1	AVENTAL TECIDO N/TECIDO ABSORVENTE E PLASTICO IMPERMEAVEL PARTE TRAS C/80X140	UNID.	27000	16 200,00 €
	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: C/CAMADA A FRENTE DE TECIDO N/TECIDO ABSORVENTE E UMA CAMADA DE PLASTICO IMPERMEAVEL NA PARTE DE TRAS			
2	PROTECTOR DE CABECA GORRO P/HOMEM (MEDICO) C/FAIXA ABSORVENTE	UNID.	6800	1 632,00 €
	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: PROTECTOR COM BANDA ANTI SUOR GORRO "COMMODUS" EXTRA CONFORTO EXTRA ABSORVENTE			
3	PROTECTOR DE CABECA GORRO P/HOMEM (ANESTESISTA/CIRCULANTE)	UNID.	4000	470,00 €
	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: BARRETE UNIVERSAL P/HOMEM EM PP INCOMBURENTE 18GR/M2 C/PEQUENO ELÁSTICO NA NUCA, GORRO "JACK" CIRURGIAO VERDE.			
4	PROTECTOR DE CABECA BOINA/TOUCA C/ELASTICO TODA VOLTA P/MULHER (ENFERMEIRAS)	UNID.	79000	1 461,50 €
	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: BOINAS UNIVERSAIS IRRECUPERÁVEL PARA MULHER EM PP INCOMBURENTE 14GR/M2 MODELO REDONDO GRANDE 55CM COM ELASTICO MODELO "CHARLOTTE"			
5	PROTECTOR DE CABECA - TOUCA P/DOENTES	UNID.	50000	525,00 €
	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: BOINAS UNIVERSAIS IRRECUPERÁVEL EM PP INCOMBURENTE 14GR/M2 MODELO REDONDO GRANDE 55CM COM ELASTICO			
6	MASCARA CIRURGICA C/FIXACAO NASAL E FILTRACAO C/ELASTICOS	UNID.	565000	5 932,50 €
	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: MASCARA FACIAL CIRURGICA C/FIXACAO NASAL E FILTRACAO COM ELASTICOS; C/3 CAMADAS, FACIL INDENTIFICAÇÃO DA FACE INTERNA E EXTERNA (2CORES), NORMAS EN14683:AC2019 NIVEL1 TIPO IIR.			

	MASCARA CIRURGICA ALTO RISCO C/VISEIRA ANTI-REFLECTORA/EMBACIANTE	UNID.	1200	
7	<b>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:</b> C/ATILHOS C/FILTRO ISENTO DE FIBRA DE VIDRO E N/PENETRABEL A FLUIDOS PROJECTADOS ATE 160MM/HG. TECIDO INTERIOR SUAVE E HIPOALERGICO E EFICACIA BACTERIANA DE 99,6% P/PARTICULAS DE DIMENSOES 0,1 MICROS			1 188,00 €
	MASCARA DE ALTA FILTRACAO BACTERIANA TIPO FFP1	UNID.	100	
8	<b>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:</b> NORMA EN 149:2001+A1:2009 OU EQUIVALENTES RESPIRADOR PARTICULAS CLASSE 1 NO AMBITO DE UTILIZAÇÃO OU O CONTEXTO DA GESTAO CLINICA EFICÁCIA; DE FILTRAÇÃO E A PROTEÇÃO CONTRA RISCOS BIOLÓGICO E PROTEÇÃO CONTRA BACTÉRIAS, VÍRUS E FUNGOS QUE O RESPIRADOR CONFERE; A FIXAÇÃO PODERÁ SER COM ELÁSTICOS EM TORNO DA CABEÇA OU OUTRA. EMBALADAS AOS PARES OU INDIVIDUAIS DE COR BRANCA.			60,00 €
	OCULOS REUTILIZAVEIS DE PROTECCAO PANORAMIC	PAR.	144	
9	<b>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:</b> BOA TRANSPARENCIA E CAMPO DE VISÃO, BOA QUALIDADE ÓPTICA, RESISTENCIA AO CHOQUE,INSENSIBILIDADE AO VAPOR DE ÁGUA, LENTE EM POLICARBONATO IN-COLOR E FILTRO UV,ARMAÇÃO EM PVC COM ÁREA DE APOIO AMPLA EM REDOR DA CARA,HASTE REGULAVEL, PODE SER UTILIZADO JUNTO COM ÓCULOS GRADUADOS			178,56 €
	RESGUARDO DESCARTAVEL N/TECIDO E IMPERMEAVEL 210X80 P/MACAS/MARQUESAS	UNID.	27000	
10	<b>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:</b> RESGUARDO PROTECÇÃO 210X80CM, 44GR/M2 BRANCO, NAO ESTERIL			11 070,00 €
	BATA CIRURGICA DESCARTAVEL ESTERIL HIDROFOBA P/BO-S.PARTOS - TAMANHO L	UNID.	300	
11	<b>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:</b> BATA CIRURGICA REFORÇADA HIDROFOBA SMS COM PUNHO ALGODÃO			518,70 €
	BATA PROTECCAO IRRECUPERAVEL N/ESTERIL IMPERMEAVEL	UNID.	121000	
12	<b>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:</b> BATA NAO TECIDO IMPERMEAVEL 30GR/M2 PUNHO EM MALHA DE GERSEY TH ÚNICO; AZUIS			127 050,00 €
13	KIT DE PROTECÇÃO P/AMBULATORIO	KIT	4400	6 908,00 €

	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: COMPOSTO: 1 BOLSA PLASTICA TRANSPARENTE; BATA SEM MANGA; CUECA; PROTECTOR SAPATOS ANTIDERRAPANTE; GORRO			
14	COBERTURA INTEGRAL INTENSIFICADOR RX E AMPOLA 265X152CM	UNID.	60	532,80 €
15	COBERTURA P/AMPOLA INTENSIFICADOR RX	UNID.	1650	1 617,00 €
	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ESTERILIZADO POR IRRADIAÇAO COM 85CM ALT X 95CM LARG., COM AUTOCOLANTE PARA AJUSTE, ELASTICO FIRME PARA ADAPTACAO AMPOLA			
16	COBERTURA MESA MAYO 77X145CM	UNID.	2300	2 254,00 €
	CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: AREA REFORÇADA COM 55X88CM			
Total				177 598,06 €

## ANEXOS

## ANEXO I – M

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável do Código dos Contratos Públicos e o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto.]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) .....

b) .....

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que

constitui o anexo II -M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO II - M

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

### ANEXO III

#### Modelo 3

“xxx, titular do CC n.º xxx, com morada xxx, na qualidade de gerente/representante da xxxxx com sede em xxx, capital social xxx, NIF xxx, matriculada na conservatória do registo comercial de xxx, declara que o adjudicatário do Concurso N.º \_\_\_\_\_, não preenche os pressupostos de incidência, previstos nos artigos 23º, 25º e 26º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, aprovada pela Lei Orgânica nº 2/2013, de 2 de Setembro.

Data:

Assinatura: